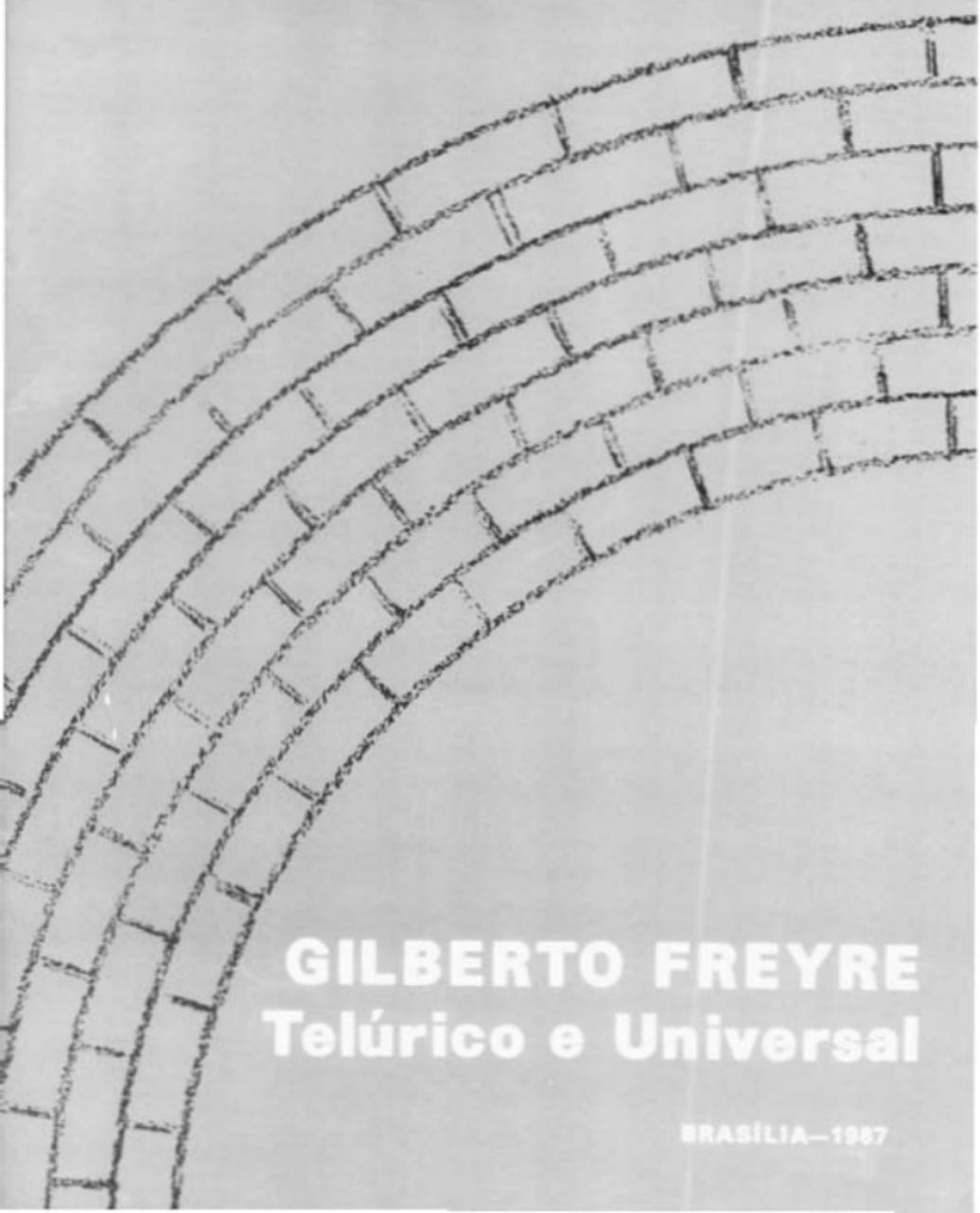


SENADOR MARCO MACIEL



GILBERTO FREYRE
Telúrico e Universal

BRASÍLIA—1987

MARCO MACIEL

GILBERTO FREYRE
Telúrico e Universal

BRASÍLIA — 1987

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gilberto Freyre, ex-Constituinte de 1946, morreu no Recife, num sábado, 25 de julho, dia do aniversário de D. Magdalena, sua mulher.

Seu nome, quase mítico, é sinónimo de trópico, de sol, de um pertinaz e abrangente trabalho criador, obsessivamente voltado para a instauração de uma nova leitura do Brasil, pela qual o nosso País pudesse, enfim, identificar-se a si mesmo no encontro de suas raízes.

Rendamos, pois, nossa homenagem ao mestre Gilberto, que ajudou o Brasil a abrir os olhos para sua verdadeira destinação, para a realização de uma vida tropicalmente situada, fecundamente aberta à convivência afetiva e efetiva, de uma democracia racial, total.

Deputado Constituinte em 1946 pela União Democrática Nacional — tendo sempre presente que um homem de pensamento deve sê-lo, também, de ação — Gilberto Freyre teve seu nome ligado, proeminentemente, aos episódios históricos que marcaram, em Pernambuco, na década de 40, o processo de redemocratização de nosso País.

Seu pensamento lúcido e claro nos chega desde o passado, nem tão remoto, mas já histórico, daquela última Constituinte e impressiona por sua atualidade.

Num discurso que então proferiu, Gilberto Freyre chamava a atenção para o fato de não ser possível supor que “a uma Constituição se deva ou se possa atribuir o poder mágico, sobrenatural, de por si só criar, renovar ou assegurar uma ordem social”. A Constituição seria o “símbolo... de direitos e princípios já estabelecidos na comunidade a que se destine”, que os consagra e confirma, e também... “instrumento de poder dos interesses gerais da mesma comunidade, acima dos particulares e exclusivos, ou mesmo contra eles”.

Como parecem válidas até hoje as palavras do Mestre Gilberto. Como ele parece debruçar-se sobre nós, do alto de sua atemporalidade, para aconselhar-nos sobre a tessitura de uma Constituição, que ele desejava também fosse atemporal, não correspondendo... “apenas, ao momento em que... aparece, mas, tanto quanto possível, a uma época inteira a iniciar-se com esse aparecimento”. Para tanto deveria ela “conservar-se o mais possível dúctil, flexível, para vir a exprimir a expansão de princípios ou necessidades gerais durante toda uma época”.

Com efeito, Sr. Presidente, o regime que vamos moldar, não pode ser apenas o modelo que nos serve hoje, mas deve ser, também, o pacto que atenda ao futuro. Sobre esse aspecto, portanto, é indispensável que a Constituição democrática do Estado permita a permanente transição para o seu próprio aprimoramento. A adaptação dos modelos políticos como se sabe, não se faz apenas em situações de continuidade e de normalidade. Opera-se, sobretudo, em momento de crise e de instabilidade. Tanto a nível interno, em face dos conflitos gerados pelas mudanças necessárias, quanto no âmbito externo, em decorrência das relações com as outras nações. Logo, a nova Constituição, não deve prever apenas esses períodos de normalidade e de estabilidade. Precisa, ao contrário, ser capaz de suportar os momentos críticos, a que todo modelo está sujeito, pois é exatamente nessas situações que se prova, mais do que a sua utilidade, a sua viabilidade.

Tendo em mente a necessidade de preservar tais características na Constituição que então se formava, criticava Gilberto Freyre o Projeto da Constituição de 1946 por deixar muitas vezes “de ser uma Constituição e tornar-se quase um regulamento” e entrar em competição com a legislação comum.

Lembramo-nos todos que a Constituição cujo projeto era assim criticado tinha apenas 218 artigos.

E condensava assim o mestre Gilberto o seu credo constitucional.

“Sou dos que pensam que as constituições para se conservarem por muito tempo vivas e atuais e viverem a vida longa útil e sã que todos desejam a documentos dessa natureza devem limitar-se ao simbólico e ao essencial deixando o mais para a lei ordinária.”

Quanto à substância mesma de suas idéias políticas, talvez o mais certo fosse aplicar-lhe a classificação que ele próprio cunhou para Joaquim Nabuco, e que serve de título a um dos textos compilados na obra “Quase Política: um Revolucionário Conservador”.

Com efeito, Gilberto Freyre compartilha com Nabuco — ou nele projeta — muito do pensamento político-social contraditório à primeira vista que sempre o caracterizou. Não seria só em Nabuco em quem pensava ao afirmar que aquele desejara ser reformador social, de preferência apolítico, “uma vez convencido de que os problemas brasileiros de mais urgente solução eram, na base, sociais e não apenas políticos. Os representados pela escravidão mais do que os representados pela monarquia”. Seus, também, os “olhos de revolucionário e pés quase sempre de conservador” que Nabuco já herdava, por seu turno, de José Bonifácio, “também pensador alongado em homem de ação”.

É assim que, como bem recorda seu filho, Fernando de Mello Freyre (Folha de S. Paulo, 24-7-87, “Gilberto Freyre, meu Pai”), Gilberto se lançou à desmistificação de tabus entranhados na sociedade brasileira, considerando

o negro escravo co-colonizador do Brasil. Sem o negro, como homem de trabalho agrário, reconhece, não teria se desenvolvido e consolidado no Brasil a complexa civilização canaveira, fundamental para o ulterior desenvolvimento econômico do País, em que pesem quaisquer aspectos negativos do processo. Lamentou, por outro lado, que ao 13 de maio de 1888 “não tivesse sucedido o projeto magnífico de Joaquim Nabuco de integração imediata do ex-escravo na sociedade brasileira através do seu preparo para o trabalho livre, ... projeto transaboliconista que teria significado para o Brasil uma complementação de um 13 de maio inacabado, por mais festivo que tenha sido”.

Fica patente, pois, Sr. Presidente, a preocupação constante em Gilberto Freyre, de que o gesto político não termine por ser vazio de conteúdo, que ao ato político declaratório se siga a ação correspondente no campo sócio-econômico, e que o leva já em 1936 a realizar, em Recife, o primeiro Congresso Afro-Brasileiro.

Como Nabuco, de quem afirma que “participando da luta abolicionista... não se empenhou numa reforma, porém numa revolução muito mais vulcânica do que republicana por ele tão temida”, Gilberto Freyre se afastava das disputas em torno de questões políticas, sem dúvida importantes, mas nem de longe tão graves quanto aquela em que se propunha mergulhar, o encontro do brasileiro consigo mesmo.

Como Nabuco também, entretanto, parece ter compreendido que em épocas de transição “cabe aos homens de responsabilidade intelectual ou política, mesmo quando revolucionários na substância, serem conservadores de formas e de ritos, para que dentro desses ritos se processem menos crua ou violentamente alterações necessárias ao melhor ajustamento entre os homens”.

É natural que fosse dele o projeto que instituiu a hoje Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — cuja atuação, de largo espectro, teve nele sempre o seu principal inspirador.

“Gilberto Freyre escreveu, sem dúvida, a obra mais importante da cultura brasileira”, diz Darcy Ribeiro, acrescentando que “em certa medida, Gilberto Freyre fundou o Brasil no plano cultural. Tal como Cervantes fez com a Espanha, Camões com Portugal, Tolstói com a Rússia, Sartre com a França”.

E tal como Cervantes, Camões, Tolstói e Sartre, Gilberto Freyre atinge o universal em um mergulho profundo naquele cerne mais regional de seu ego, isto é, na sua pernambucanidade.

De alguma forma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Gilberto Freyre procurou mostrar que se pode ser telúrico e, ao mesmo tempo, universal.

O Sr. Pompeu de Souza — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer, meu caro Senador Pompeu de Souza!

O Sr. Pompeu de Souza — Ouço com a maior atenção e quero louvar o belo discurso que V. Ex^a está fazendo sobre Gilberto Freyre, cuja morte não foi ainda devidamente reconhecida em relação à obra magnífica que ele nos legou. É da maior importância que nós cultuemos os nossos altos valores culturais, sobretudo quando esse alto valor cultural, que é Gilberto Freyre, representa uma revolução para a inteligência brasileira, para a inteligência no sentido de entender o Brasil. Gilberto Freyre foi o precursor da descoberta da realidade social brasileira. Nós, até Gilberto Freyre, vivíamos em pleno Conde de Afonso Celso — “Porque me ufano do meu País”. Foi Gilberto Freyre quem mergulhou fundo nas raízes humanas, sociais, culturais, históricas do Brasil e descobriu a sua realidade mais profunda, a realidade do seu povo, desse povo múltiplo e mestiço “desse povo composto das três raças, que Olavo Bilac chamou tristes, mas que deram uma grandeza, uma renovação, uma singularidade cultural a este País que faz a própria individualidade nacional. Gilberto Freyre foi o descobridor do Brasil real. Ainda outro dia, o suplemento cultural do *Jornal do Brasil*, que sai aos sábados, publicou uma magnífica reportagem — sob o título, não me lembro muito bem, se sobre “os mestres”, ou “os pioneiros”, ou “os patronos”, ou “os patriarcas da radicalidade” — abrangendo um apanhado sumário, muito bem feito, das três obras capitais, reveladoras do Brasil ao Brasil: a obra de Gilberto Freyre, a obra de Sérgio Buarque de Holanda — ambos meus inesquecíveis amigos — e a obra de Caio Prado Júnior. Na verdade, nobre Senador, nunca é demais que a exaltemos, nela mergulhemos e renovemos essa obra de revelação dos brasileiros aos brasileiros, para que este País se torne um país que conviva com as próprias realidades. Costumo dizer que o Brasil sempre viveu muito de transformar idealidades em realidades, como se isso tivesse o condão de gerar uma verdade. Costumo dizer que o grande mal histórico-cultural que dificulta este País de encontrar os seus grandes destinos — e que precisamos denunciar esse mal para que possamos encontrar esse grande destino — é o “faz-de-conta”. Fazemos de conta que é, quando não é; que acontece, quando não acontece. Costumo citar um diálogo — que considero exemplar nesse sentido. Um dia, dizia eu ao meu inesquecível amigo Alceu Amoroso Lima — com cuja jovial velhice convivi intensamente, assim como desconvivi com sua juventude, muito diferente, porque ele, na juventude, era velho e, na velhice, tornou-se, realmente, um renovador e um jovem — “Mestre Alceu, o mal deste País é que ele vive no “faz-de-conta”. Ele me tocou no ombro, pois tinha esse jeito de tocar as pessoas no ombro, e disse: “É, “seu” Pompeu, começa em “faz-de-conta” e acaba em “tanto faz”. Nobre Senador Marco Maciel, desculpe-me interromper por tanto tempo o discurso de V. Ex^a, mas é necessário que nos afeiçoemos a esses patriarcas da realidade, a esses patriarcas da radicalização da realidade, para que nos encontremos

com o Brasil real e façamos deste Brasil real uma realidade grande para o futuro dos brasileiros. Muito obrigado!

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador Pompeu de Souza, agradeço, entre desvanecido e sensibilizado, o aparte de V. Ex^a, que traz uma contribuição muito importante à superficial análise que faço da obra de Gilberto Freyre ao melhor conhecimento dos problemas nacionais. Com efeito, Gilberto Freyre iniciou, podemos dizer, sua obra, de modo especial com "Casa Grande e Senzala", uma nova escola de interpretação dos problemas sócio-econômicos do País, e o fez de forma admirável, porque à sua condição de cientista social se juntava sempre a de excelente escritor, o que fazia com que a sua obra não somente fosse necessariamente lida, enquanto contribuição à Ciência e ao melhor esclarecimento dos problemas sociais, como também enquanto entretenimento, na proporção em que era rica de contribuição literária; era, portanto, agradável de ser lida e apreciada.

Mas, Sr. Presidente, eu dizia que Gilberto Freyre, em que pese a universalidade do seu conhecimento e, por que não dizer, até de sua formação, foi sempre um telúrico. Isto explica o fato de ele não ter, em momento algum, deixado a sua terra, o País e, de modo especial, o Estado em que nascera, Pernambuco, em que pese ter sido insistentemente convidado a permanecer no exterior, quer na Europa, quer nos Estados Unidos.

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL — De alguma forma, Sr. Presidente, ele demonstrou, de maneira nítida, como eu dizia há pouco, que o fato de ser telúrico não quer dizer, necessariamente, seja provinciano. É possível ser, a um só tempo, telúrico e universal, porque telurismo não é sinônimo de provincianidade, se assim posso dizer, assim como ser universal não quer dizer, necessariamente, o ser cosmopolita. Eu poderia dizer que a contrafação do telurismo é o provincianismo, assim como a contrafação do universalismo é o cosmopolitismo. Gilberto Freyre conseguia associar o fato de ser telúrico e, ao mesmo tempo, universal. Este é um legado importante da sua obra e é, também, um exemplo que nos deixou vivo, presente, quase que a guiar os nossos passos e a servir de lição para a nossa caminhada.

Concedo o aparte a V. Ex^a, meu caro Líder, Senador Carlos Chiarelli.

O Sr. Carlos Chiarelli — Ilustre Senador Marco Maciel, começo por onde V. Ex^a encerrava, nesse momento, ainda que não concluindo o seu pronunciamento, e lembrava alguns comentários de Ingenieros sobre a universalidade e a regionalidade, sempre ensinando que o universal jamais se completará se não tiver dentro dele o regional e que o regional jamais será tão aprofundado a ponto de perder a dimensão do universalismo. Creio que, por essas razões, pela densidade do telúrico, pela força do regional, pela largue-

za do universal tirado desse regional. nada seria mais adequado e nada foi tão oportuno do que V. Ex^a, da tribuna, ao se referir à figura de Gilberto Freyre, porque V. Ex^a é um político que não perde as raízes da nordestinidade e da visão pernambucana e, apesar disto, V. Ex^a é um político, na plenitude do termo: com uma visão larga, com horizontes amplos, tratando da política não apenas no seu dia-a-dia do pragmatismo indispensável, mas tendo a necessária visão para fazer dela também teses gerais que implicam a própria Ciência Política, indo além da limitação fronteiriça do município, sem esquecer origem do palmo de terra de onde cada um de nós provém. Por isto, nessa espécie de contrapartida na ação política, a proposta sociológica, o trabalho científico e ao mesmo tempo emocionante de Gilberto Freyre, que conseguiu ser cientista sem perder a emoção e a paixão, o que me parece extremamente valioso e que dá um toque humano na sua obra, é que me sinto muito feliz pela oportunidade da convergência que, nesta manhã, esta “Casa Grande” nos dá — não sendo senzala evidentemente — através da sua manifestação. Tinha que ser V. Ex^a, por tudo que há de simetria, guardados os tempos, as condições, o temperamento e a forma de agir, mas preservados os vínculos e essa bivalência com o regional e o universal que caracteriza tanto o biografado quanto o biógrafo. De mais a mais, é extremamente importante para esta Casa ouvir as idéias que V. Ex^a traz a respeito das propostas, das teses, dos comentários e por que não dizer das lições de Gilberto Freyre sobre a arte de constituir uma organização institucional para o País, que é, em última análise, a própria Constituinte. Seus ensinamentos e suas reflexões chegam na hora mais oportuna, pelo porta-voz mais habilitado. Obrigado pelo seu pronunciamento e pelo registro que faz, de justiça, à figura de Gilberto Freyre.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Líder. Senador Carlos Chiarelli, ao agradecer as palavras que V. Ex^a profere a meu respeito e, de modo especial, sobre a figura de Gilberto Freyre, gostaria de observar que V. Ex^a chamou atenção para um dado importante da vida e da obra do homenageado: Gilberto Freyre, embora cientista social, sociólogo e antropólogo, em instante algum, perdeu — como lembrou, com propriedade, V. Ex^a — a paixão pela sua obra, a motivação pelos assuntos sobre que versava. Isto é que fazia com que os seus escritos se tornassem sempre agradáveis de ler porque, de alguma forma, eram escritos com o rigor da obra científica, mas com o estilo de alguém que vivia o drama que relatava, que se engajava fundo na análise da condição humana e, de modo especial, na condição daqueles mais carentes, daqueles que mais o preocupavam, assim como preocupavam a Nabuco e a tantos outros reformadores sociais.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Senador Marco Maciel, quando o eminente Senador Pompeu de Souza interveio no brilhante discurso de V. Ex^a, poderia tê-lo feito em

nome, também, da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, quando se presta aqui, pela palavra autorizada e brilhante de V. Exª, uma homenagem à memória impercível do grande cientista social, antropólogo e sociólogo, cujo talento, cuja competência, cuja criatividade, cujo espírito público todos nós reconhecemos. A Bancada do PMDB, por meu intermédio, se associa a essa homenagem, e já o fizemos quando, naqueles dias que se sucederam imediatamente ao falecimento de Gilberto Freyre, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, quando tive eu, à frente dos trabalhos daquela Assembléia, oportunidade de, em nome da Mesa, associar-me ao enaltecimento que então se fazia do grande brasileiro, há pouco falecido. Portanto, o PMDB também se associa à homenagem que V. Exª presta ao grande Gilberto Freyre.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado, meu caro e eminente Senador Mauro Benevides, pelas palavras e pela manifestação de solidariedade da Bancada de seu Partido, o PMDB.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, meu caro Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Eminente Senador Marco Maciel, inicialmente, desejo felicitá-lo pelo seu antológico discurso em homenagem a Gilberto Freyre...

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado.

O Sr. João Calmon — ... a glória maior da Sociologia brasileira e que, além dos seus outros extraordinários títulos, ostenta um, muito grato a todos nós que integramos, nesta Casa, a bancada da Educação. Gilberto Freyre foi Constituinte em 1946. Ao lado de outros extraordinários valores daquela época defendeu, com todo o vigor, a continuação da vinculação de um percentual mínimo dos orçamentos públicos para a Educação, que foi introduzido, inicialmente, na Carta Magna de 1934. Foi V. Exª, pernambucano eminente, que é um orgulho da vida pública deste País...

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. João Calmon — ... o responsável principal pela regulamentação da chamada Emenda Calmon, que em 1983 passou a vincular o mínimo de 13% da receita de impostos federais e de nunca menos de 25% da receita de impostos estaduais e municipais para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Sem a sua ação obstinada, sem a sua preocupação obsessiva, não teria sido possível implementar essa iniciativa do Congresso Nacional, que V. Exª saudou como a nova Lei Áurea da educação nacional. Gilberto Freyre tem, nesta sessão, sua voz tão autorizada para homenageá-lo, e ele há de inspirar os Constituintes de hoje para que essa conquista do Congresso seja

incorporada com um novo aumento à Carta Magna que estamos elaborando. Receba, nobre Senador Marco Maciel, as minhas mais efusivas felicitações pelo seu belo pronunciamento na manhã de hoje.

O SR. MARCO MACIEL — Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de agradecer a contribuição que traz ao meu pronunciamento o Senador João Calmon, para chamar atenção para uma faceta ainda não devidamente explorada da contribuição de Gilberto Freyre, não o Gilberto Freyre político, mas o Gilberto Freyre preocupado com o melhor encaminhamento das questões da formação cultural do nosso povo, nessa mesma preocupação com relação à educação, em que o mestre e Senador João Calmon se tem notabilizado. Porque, com efeito, o Senador João Calmon, dando continuidade — assim posso dizer — a muito daquilo que foi pregação do mestre Gilberto Freyre, pôde abrir novos horizontes para a educação brasileira com a apresentação, e posterior aprovação, de uma emenda que vincula recursos orçamentários mínimos para o desenvolvimento da educação em nosso País. Por isso pude — como lembrou o Senador João Calmon — saudar a aprovação da sua emenda como uma nova Lei Áurea, porque tenho certeza que Gilberto Freyre, assim como Joaquim Nabuco, assim como José Mariano, não via na abolição do trabalho escravo apenas a libertação desse trabalho mas, sobretudo, como condição para que se assegurassem a todos os brasileiros, sem distinções, melhores condições de vida. E se Joaquim Nabuco vivesse hoje, certamente, assim como Gilberto Freyre, assim como V. Ex^a, estaria preocupando-se também com a condição do analfabeto. Se ele, no século passado, denunciou a escravidão foi porque o escravo era aquele que estava na posição mais inferior da escala social brasileira. E se o escravo de ontem desapareceu graças ao trabalho de Joaquim Nabuco, certamente, hoje, ele estaria fazendo, da luta pela educação, uma nova campanha abolicionista. A emenda Calmon, repito mais uma vez, significou para a educação uma nova “Lei Áurea”, na medida em que, assim como esta permitiu a libertação dos escravos do cativo, aquela possibilitou a libertação do homem do analfabetismo, que lhe priva da plena fruição dos seus direitos sociais e políticos.

Mas, Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de repetir que Gilberto Freyre resistiu a todas as tentações para afastar-se intelectualmente de seu Pernambuco de origem, de seu Brasil e até de sua Língua Portuguesa. E foram muitas e muitas as solicitações que ele recebeu nesse sentido. Mas ele permaneceu, teluricamente, vinculado a seu Pernambuco e a seu país e, conseqüentemente, a toda a sua gente.

Seus professores nos Estados Unidos, para onde embarcou como estudante aos 18 anos, desde que perceberam a potencialidade do jovem, lhe propuseram como nos lembra Gilberto de Mello Kujawski (*O Estado de S. Paulo*, 2-8-87), permanecer no hemisfério norte e adotar a Língua Inglesa, a exemplo do polonês Conrad, já que não haveria futuro para um escritor na obscura Língua Portuguesa.

Seu próprio conterrâneo, Oliveira Lima, insiste com Gilberto Freyre para que este não volte ao Brasil pois "seus pulmões precisam de outro ar para respirar".

Impassível diante de toda essa pressão, Gilberto prossegue seus estudos em Waco e depois em Colúmbia, com brilhantismo mas sem dar importância aos graus acadêmicos "mania... que torna o Brasil tão ridículo" em seu próprio dizer, e sem voltar as costas para suas raízes.

"Minha decisão está tomada: É reintegrar-me completamente no Brasil. Atolar-me na sua carne e no seu massapê. Pelo sentimento já me sinto restituído à infância brasileira..." Assim se exprimia ao regressar ao Brasil em 1923.

Em 1930, vítima da turbulência política daqueles dias, e partindo em exílio voluntário para Lisboa, chocado, abalado em seus projetos de vida, Gilberto não abre mão de sua decisão firme de viver no Brasil "embora num canto, enfeitando oportunidades de brilhar e de vencer nas quais outros teriam avançado com fúria canina", como ele próprio comenta em uma carta a seu pai — Alfredo Freyre —, em 1931. Está decidido a criar um estilo próprio, a vasculhar os aspectos mais íntimos da História Social Brasileira.

"Casa Grande e Senzala" e seus desenvolvimentos "Sobrados e Mucambos", "Ordem e Progresso" e "Jazigos e Covas Rasas", resultam desse amor pela intimidade nuclear da vida social brasileira, reconstruindo nossa História Social a partir da família em seu cotidiano, a família tal como se estrutura no trópico açucareiro que ele tanto ama e que conhece tão bem.

Não toma contato com a realidade sobre a qual escreve à distância. Convive com ela, mistura-se com ela, frequenta pastoris e clubes populares; dança, come e bebe com o povo.

Essa paixão pela intimidade concreta e carnal com a vida social brasileira em suas bases telúricas, conforme afirma ainda Kujawski, "é que explica a perspectiva original e privilegiada adotada por Gilberto na sua visão das coisas brasileiras".

Não se trata, pois, de um Brasil burocrático como descrito nos documentos oficiais, mas o das "cartas e confissões"; nada da visão estática que se obtém ao olhar o país de uma perspectiva do paço e da corte, mas o torvelinho da cozinha, do terreiro, do alpendre, da sala de visitas, da moagem, do canavial.

Em sua visão, a complementaridade existente na grande unidade produtiva complexa que é o engenho de açúcar, com seu senhor, seus escravos, seus capatazes, superpõe-se ao conflito engendrado por outras abordagens sociológicas e o abafa.

Seria necessária, antes de construir uma sociologia que marque as diferenças e oposições entre os segmentos da sociedade, identificar suas convergências e seus elementos comuns, era no que acreditava Gilberto Freyre. Para ele, a "Casa Grande e a Senzala" formam uma simbiose, na qual um lóbulos completa o outro. Constituem síntese e não antítese, são o emblema de um relacionamento

pessoal entre o senhor de engenho e o escravo, baseado na convergência e não no confronto.

Essa nova abordagem, esse novo enfoque do que possa ser o relacionamento entre seres humanos dentro de um sistema produtivo no qual a convergência suplanta a divergência e a cooperação o conflito, é que o projetaram na órbita do universal. E a tudo isso pode chegar Gilberto Freyre pelo seu entranhado regionalismo pelo seu conhecimento mais íntimo da realidade social do Pernambuco que sempre e tanto amou.

Diga-se, a bem da verdade, que sua grandeza foi reconhecida mundo afora.

Recebeu distinções, dentre outras, das Universidades de Colúmbia, Oxford, Cambridge, Edinburg, St. Andrews, Londres, Glasgow, Madri, Salamanca, Sorbonne, Coimbra, Utrecht; além de entidades como o Real Instituto dos Trópicos (Holanda), a Sociedade Americana de Filosofia (Filadélfia), a Academia Portuguesa de História, a Associação Americana de Antropólogos, o Conselho dos Arquivos de Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica (Paris).

A "Nouvelle Revue Française" destaca, sobre Casa Grande e Senzala, "uma multidão de detalhes humanos, descrição da natureza e do coração do homem, que fazem de um livro científico uma epopéia tão apaixonante como o Guerra e Paz de Tolstói ou o Dom Quixote".

Por sua vez, George Gurvitch classificou-o como "Um dos maiores, senão o maior sociólogo moderno".

A repercussão de sua obra — mais de 100 títulos, os principais traduzidos para os mais importantes idiomas do mundo — é particularmente honrosa para todos nós brasileiros, alcançando prêmios como o Anistfield Wolf para o melhor trabalho mundial sobre "relações entre raças", como o La Mandonina (Itália) e o Aspen, considerado uma espécie de Nobel dos Estados Unidos.

Esta é a dimensão do escritor — pernambucano, brasileiro e universal — que faleceu num sábado chuvoso do Recife. Mas que nos deixa de herança, como um império do sol tropical de Pernambuco, a claridade totalizante de sua obra — magnífica, magistral — voltada, fecundamente para a intemporalidade de todos os tempos.

Sim, Gilberto Freyre está morto. Mas sua obra vive!

Aliás, ele nunca ligou muita importância à morte, só à vida.

O mestre Afonso Arinos, ao fazer em seminário de tropicologia quatro anos atrás um paralelo entre os "Ensaio" de Montaigne e "Casa Grande e Senzala", como obras aluvionais, às quais se agregam os trabalhos subseqüentes, chama a atenção, a propósito, para um dos poucos contrastes entre os dois trabalhos:

Montaigne tinha uma preocupação constante com a morte, que era para ele tema freqüente de meditação, sobre o qual escreveu um ensaio magistral, marco sem dúvida da literatura mundial.

Já Gilberto Freyre sempre se preocupou muito pouco com a morte em tudo o que fazia ou escrevia. Sua atenção voltava-se para a vida. Casa Grande e Senzala fervilha de vida, ilumina-se com ela. Toda sua obra é um canto à vida em seus mais variados aspectos, sobre o qual a asa escura da morte poucas vezes lançou sombra.

Uma dessas poucas vezes foi em Heidelberg, em 1956, quando escreveu:

“Penso no alemão que chamou a morte de “doce morte”
e disse — “Vem, doce morte”.

Eu não chamo a morte de doce

Sei que ela é amarga

(O amargor das raízes)

O que eu digo à amarga morte

É que venha docemente”.

(Muito bem! Palmas.)

Composto e Impresso no
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70160 — Brasília, Distrito Federal
OS 20895/87 — dezembro/87

